

SESSÕES DO PLENÁRIO

109ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFICÍOS

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 05 e 06/10/2015.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve

ausente nas Sessões dos dias 07 e 08/10/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Submeto ao Plenário as seguintes atas: ordinárias – 96^a, 102^a, 103^a e 105^a ocorridas, respectivamente, nos dias 05, 19, 20 e 26/10/2015; especiais – 60^a e 63^a, ocorridas, respectivamente, nos dias 19 e 22/10/2015.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.**(Oradores inscritos)**

O orador inscrito para a primeira fala seria este deputado que ora preside a sessão, mas eu vou convocar o deputado Marcelino Galo para nos abrilhantar com o seu pronunciamento na abertura desta sessão do dia 04 de novembro de 2015, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Exm^o Sr. Presidente deputado Carlos Geilson, meus nobres pares deputadas e deputados desta Casa, companheiras e companheiros servidores, senhores da imprensa, hoje, 4 de novembro, é o Dia Nacional da Favela.

Esse dia foi criado a partir da referência da primeira favela que foi estabelecida no Brasil, no dia 4 de novembro de 1900, quando o chefe de polícia, Dr. Enéas Galvão, da 10^a Delegacia do Rio de Janeiro, esteve junto aos favelados para fazer a chamada limpeza social, sanitária. Então o dia 4, através da mobilização da Federação Única dos Favelados do Brasil, foi instituído o Dia da Favela. E os companheiros da Central Única de Favelas entraram em contato conosco para que nos instituíssemos, mediante projeto, esse dia aqui no nosso Estado.

É um dia necessário para tirarmos esse estigma de que a favela é lugar só de marginal e, na verdade, termos outra visão, vermos a favela não pela televisão, mas dialogarmos com os próprios moradores, aqueles que são obrigados, empurrados pelo apartheid social, pela falta de condição de terem uma moradia. E ali nos. seus finais de semana, por sua própria conta, fazendo mutirão, trabalhando no feriado, erguem as suas próprias moradias. E ali tem vida, ali tem cultura, uma produção cultural fantástica, ali tem muitos empreendedores. Desta forma, esse dia é muito importante para que possamos discutir e serve, também, para a autoestima daquele povo que, em condições muito duras, habita as favelas.

Então, essa é uma tarefa que me foi colocada pelos companheiros da Central. E estou dando entrada nesse projeto para que possamos aprová-lo nesta Casa. Nesta Casa onde é muito difícil aprovar projetos de parlamentares, não sei por quê. Acho que nós próprios não temos muita vontade nesse sentido, mas é preciso que façamos, inclusive, uma autocrítica e sejamos mais determinados para que possamos discutir projetos de nossa iniciativa. Esse é um projeto que parece simples, mas que nos traz a

lembrança, um dia para debater, para ver com os olhos daqueles que moram ali e que tanto contribuem para a formação da nossa sociedade. É dali que sai boa parte da mão de obra que serve para construir nossa sociedade.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado a V.Ex^a pelo tempo concedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito bem, deputado Marcelino Galo, é sempre bom ouvi-lo dessa tribuna.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o Exm^o. Sr. Deputado do Estado da Bahia, Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:-Sr. Presidente Carlos Geilson, deputadas, deputados, quero dizer que essa cadeira cai muito bem em V.Ex^a, deputado. V.Ex^a sempre preside esta Casa com muita maestria e sabedoria.

Mas venho a esta tribuna falar, mais uma vez, sobre a economia do nosso País. Observava as últimas previsões para o ano de 2016, um apanhado que ouviu vários economistas importantes do nosso País economistas que conhecem nossa economia, nosso país, economistas de credibilidade que já esperam, para o próximo ano, uma queda da economia de menos de 2,5%. Isso preocupa todos nós.

Na última semana, conversando com alguns prefeitos, deputado Herzem Gusmão, eles nos colocavam da quase impossibilidade de administrar seus municípios. Municípios pequenos e médios que chegaram a perder de 8 a 15% da arrecadação real em relação aos últimos anos. Isso nos preocupa sobretudo porque essa queda da arrecadação, proveniente da dificuldade de nossa economia, deputado Jânio Natal, já afeta diretamente os serviços públicos nesses municípios na área de educação, na área de saúde. Na área de saúde, infelizmente, os prefeitos em muitos casos se veem na condição de colocar um médico a mais ou a menos e tiraram médicos por falta de condição de pagar esses profissionais, na área de saúde se observa a cada dia nesses municípios a piora do ensino, sobretudo já contaminada pela falta de recurso desses municípios e, por outro lado, o governo federal inacreditavelmente fala em aumentar impostos com a volta da CPMF.

A população brasileira que precisa trabalhar quase quatro meses só para pagar imposto. O governo mais uma vez para encobrir a sua incompetência, na semana passada, anunciou que pode ter um rombo de até 117 milhões de reais. Isso demonstra uma falta de competência principalmente para administrar o país, para construir um orçamento que efetivamente corresponda às necessidades do país e que corresponda à condição de o país arcar com o orçamento previsto. E eu diria que vamos ter aí dois anos, desde década de 40, o Brasil infelizmente não viu uma situação econômica tão difícil como a que se apresenta nesse momento. Essa situação atinge o governo federal, os municípios como disse aqui e atinge os governos estadual. Observamos aqui que de vez em quando chega um projeto para aumentar a arrecadação do Estado.

Eu entendo isso. A situação dos estados é calamitosa.

Quero dizer aqui em alto e bom som, como fiz na Câmara Federal, Sr. Presidente, vamos ter a postura de não votar nenhum projeto nesta Casa que aumente os tributos para a população do Estado da Bahia. Essa será a nossa postura nesta Casa. Em momento nenhum, e vou tentar convencer a Bancada, vamos votar projetos aqui que aumente os impostos, que aumente a tributação em relação ao povo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente meu colega de rádio Carlos Geilson, da querida cidade de Feira de Santana; Srs. Deputados, a única deputada presente Luiza Maia representando a força da mulher, quero abraçar os funcionários desta Casa, meus colegas de imprensa. As oposições fazem mais uma investida contra o Detran. O Detran da Bahia está dando um trabalho monumental ao governo do Estado. Ultimamente conseguimos derrubar a vistoria veicular que o governador se negou a dar o crédito às oposições. O Detran que inventou o imposto, o Detran que inventou uma taxa ou coisa que o valha para cobrar uma vistoria, como se não bastasse a carga tributária pesada que incide sobre cada brasileiro e os proprietários de veículos.

Digo que o Detran vem dando muito trabalho e sabemos por quê. O ex-governador Jaques Wagner, há quase 9 anos, quando assumiu o governo acertadamente manteve nos cargos os militares. Os militares graduados comandavam as ações no Detran e nas Ciretrans espalhadas nos quatro cantos do Estado da Bahia. O que fez a política partidária distorcida, a política partidária que exige em determinados partidos uma permuta, um cargo pelo apoio? E o que fez o governo? Retirou os militares. Passamos então a ter as nomeações de cabos eleitorais, de presidentes de partidos políticos. As agremiações políticas foram contempladas, e o resultado é este que estamos vendo aí com o Detran.

E nós das oposições entramos agora com mais uma ação, uma denúncia. Denunciamos o diretor daquele órgão por improbidade administrativa, porque eles tratam a coisa pública como se fosse uma propriedade, uma caixa-preta. Eu diria que fatos concretos existem. As oposições necessitam aprovar, com urgência urgentíssima, uma CPI do Detran da Bahia. Aí, os senhores vão ver!

Recentemente questionamos, mas ficamos sem as devidas respostas, aquela história da vergonha da inconstitucionalidade na cobrança das vistorias veiculares criadas através de uma portaria arbitrária, inconstitucional, que não fere apenas a Constituição Federal. Fere, inclusive, o Código Tributário Nacional. E aí o governo -

não sabemos como, se foi através do critério de uma galinha gorda - jogou para cima mais de 400 empresas espalhadas na Bahia para explorar o cidadão que tem um veículo. Uma vergonha que nós conseguimos derrubar!

Gostaria de agradecer aos deputados que irão a Vitória da Conquista e àqueles que permanecem aqui. Muitos parlamentares chegarão lá amanhã. A primeira visita é ao aeroporto. Como estamos debatendo a Bahiafarma, eles haverão de conhecer um prédio instalado, Carlos Geilson, pronto. Hoje, revendo nossos arquivos, lembramos que em 2011 o prefeito da cidade foi a Cuba, talvez pedir aconselhamento a Fidel Castro, anunciando que haveria de reativar a Bahiafarma através daquele investimento. Foi mais um engodo! O município mais uma vez foi enganado, e não há justificativa!

Os deputados haverão de conhecer aquela estrutura, que se encontra abandonada lá na nossa Vitória da Conquista.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Valeu, Herzem Gusmão!

E agora, pelo tempo de até cinco minutos, o nobre deputado e jovem advogado Luciano Simões de Castro Barbosa Filho, um grande nome para um grande parlamentar.

Por cinco minutos, Ex^a.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, amigos e amigas, deputados e deputadas aqui presentes.

O objeto do nosso discurso nesta quarta-feira também foi objeto de discussão ontem, antes da sessão. Gostaria de tratar hoje da importância da permanência do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia aqui no Estado. Vou enumerar agora no meu pronunciamento razões importantes para que esse órgão não seja extinto.

Entendo e concordo com o presidente Marcelo Nilo que esta é a Casa do debate, é a Casa dos pensamentos diferentes, onde todos nós somos iguais. E eu defendo a permanência do Tribunal de Contas dos Municípios e gostaria de expressar isso na seguinte nota:

(Lê) “Diante da possibilidade de extinção do Tribunal de Contas dos Municípios, apontada por jornal da grande imprensa local, saio em defesa da permanência do órgão, por diversos motivos que devem ser considerados.

A atual Lei de Responsabilidade Fiscal realmente é de difícil aplicação, e em vários dispositivos se distancia da realização da gestão municipal, tornando os gestores pré-réus, conforme citado pelo senador Otto Alencar (PSD), ex-vice-governador do Estado e ex-conselheiro do TCM”.

Essa é uma posição defendida pelo senador Otto.

(Lê) “Um grande exemplo dessa dificuldade da Lei de Responsabilidade Fiscal também é dado pelo deputado federal Roberto Britto, do PP, autor de projeto de lei, que está em fase final de tramitação no Congresso, retirando do cálculo para efeito de limite prudencial de pessoal as despesas de cunho federal, atualmente absorvidas pelo município”.

É aquela realidade que V.Ex^a conhece, deputado Marquinho Viana. Recebe-se um programa federal, como o PSF, pelo qual o governo federal dá R\$ 5 mil ao médico e constrói a estrutura física do posto de saúde, não dando a contrapartida para o prefeito ou prefeita municipal a fim de completar o programa, o que obriga o prefeito a completar o quadro de pessoal, estourando o índice, que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é de 54%.

(Lê) “O Tribunal de Contas dos Municípios tem sido bastante flexível nas distorções das Leis de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, quando os índices em foco” – no caso de pessoal – “já vinham sendo violados em gestão anteriores.”

Por exemplo, quando um prefeito assume a Prefeitura, na sucessão de outro gestor, tendo esse no seu primeiro ano de mandato mantido os índices, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia tem passado por cima dessa questão. Apenas tem um rigor mais alto com os prefeitos que foram reeleitos.

(Lê) “O Tribunal de Contas tem relevantes serviços prestados aos municípios, principalmente no que se refere à ação pedagógica, além de ser instrumento de indução e orientação, favorecendo a defesa dos gestores, dos prefeitos, nos autos de infração do INSS e questões de natureza trabalhista”.

Temos que lembrar que as inspetorias espalhadas pelos 4 cantos do nosso Estado ajudam os gestores nas questões que não são só pertinentes ao Tribunal de Contas, mas também às questões relativas a outros órgãos, na maioria, federais.

(Lê) “A fusão pretendida tem como grande argumento, também, a economia, o que, no todo, não é bem verdade, porque, sabemos que os gestores, os técnicos e os analistas do TCM serão automaticamente absorvidos na estrutura do Estado, seja num futuro órgão da fusão do TCE com o TCM, seja em outros órgãos do governo do Estado”.

Por outro lado, a comissão formada pelo presidente Marcelo Nilo para visitar os Estados de Pernambuco e Minas Gerais servirá para vermos nesses dois estados que, com certeza, com a divisão dos órgãos, o funcionamento é muito melhor. Porque uma coisa é a realidade das autarquias, das empresas públicas e das secretarias estaduais; outra coisa é a realidade dos prefeitos, que são prefeitos de grande, médio e pequeno portes.

Entendo que um tribunal especializado é muito melhor para a Bahia, com certeza. Sou contra a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para a alegria de Cairu, do Baixo Sul da Bahia, com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários da Casa, imprensa, visitantes, assisti atentamente ao pronunciamento de nosso querido colega deputado Fábio Souto, que discorreu sobre a péssima performance da economia do nosso País. Disto temos conhecimento, meu caro deputado Fábio Souto, de que já há algumas décadas, no nosso País, a performance da economia nacional age de forma efetiva sobre todos os caminhos, todas as decisões que o próprio povo brasileiro toma, sobretudo com relação a eleições. Portanto, a economia é um parâmetro que mostra, de fato, quais são os caminhos que o povo brasileiro quer e tem que tomar.

Esta crise, como V.Ex^a bem disse aqui, que talvez seja a pior dos últimos 60 ou 70 anos, tem infectado todos os setores da nossa nação, todos os setores da área pública, da área privada, haja vista que o sistema de saúde do nosso País, por exemplo, está praticamente na UTI, está praticamente falido. O ministro da Saúde, na semana passada, em sua primeira entrevista como ministro – o deputado federal do PMDB, mas que faz parte do governo do PT –, declarou que de tudo que foi e será faturado este ano no que diz respeito aos procedimentos de média e alta complexidade, além dos produtos da farmácia popular, entre outros serviços do sistema de saúde, só a metade do valor será paga, só serão pagos 50%.

Quem faturou, quem prestou o serviço, se quiser receber, que espere para o ano que vem. Para a nossa surpresa, tal procedimento já aconteceu no final do ano passado. No final do ano passado, só se pagaram 70% do que foi faturado pelos hospitais públicos ou privados que prestam serviços, que vendem seus serviços ao governo, pelas Santas Casas de Misericórdias e também pelos programas que foram elaborados e instituídos pelo governo federal.

O que me preocupa mais ainda é a situação por demais precária das Santas Casas de Misericórdia, sobretudo naquelas regiões como a nossa, em que a Santa Casa termina substituindo completamente o poder público no que diz respeito à prestação do serviço de saúde. As Santas Casas, que já estão em estado de falência completa, com essa notícia de que metade do que elas estão vendendo não será pago ao final do ano, de fato, é para se pensar em fechar as portas.

E aí ficamos a nos perguntar: como é que fica a nossa população? Como é que ficam aquelas pessoas mais carentes, aquelas que certamente procuram e dependem mais do serviço público, dependem mais, no caso da saúde, do Sistema Único de Saúde, e que ficam à mercê dessa variação, desse estado de falência em que se

encontra a saúde pública no Brasil?

Agora, meu caro deputado Herzem, quero citar um exemplo que tem conseguido, pelo menos no que diz respeito às Santas Casas, superar dificuldades. Algumas medidas terminam sendo eficientes, e até passam por cima de determinados problemas, como foi o caso lá da Santa Casa de Nazaré. Queremos parabenizar a promotora, Dr^a Telma, chefe da Promotoria da Comarca de Nazaré, que mobilizou a sociedade e está conseguindo tirar a Santa Casa daquela cidade do estado de letargia em que estava. Portanto, aquela Santa Casa de Nazaré das Farinhas está conseguindo se soerguer à custa de um movimento promovido pela promotora daquela Comarca, e que deveria servir de exemplo para toda a Bahia. Já que o governo não consegue suprir as necessidades da população no que diz respeito à saúde, temos de procurar outros meios. E aí vai a nossa homenagem para a promotora Dr^a Telma, de Nazaré das Farinhas.

Caro presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora a nobre deputada Maria del Carmen. V.Ex^a, neste Pequeno Expediente, como é de praxe, tem até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Que nos assistem pela *TV Assembleia*, Sr^{as} Taquígrafas e auxiliares da nossa ação neste plenário, gostaria, já desde essa data, abraçar a todos os profissionais da área de urbanismo, já que no próximo dia 8 de novembro é considerado Dia Mundial do Urbanismo, categoria tão importante para o desenvolvimento das cidades, para pensar as cidades, planejar e projetar cidades cada vez mais inclusivas, são profissionais com altíssima competência.

A Bahia, inclusive, é pioneira nesse tema, já que o primeiro curso de urbanismo do Brasil completa agora 20 anos, – deputado Zé Raimundo, V.Ex^a que se interessa muito por esse tema também – e tem colocado à disposição no mercado, técnicos de muita excelência, de muita competência e dedicação. Portanto, queremos abraçar esses profissionais da área do urbanismo.

A nossa Universidade Federal da Bahia ainda forma, através da Faculdade de Arquitetura, arquitetos e urbanistas, mas, a profissão de urbanista tem tido, inclusive, dificuldades até para ser reconhecida. O Conselho de Arquitetos e Urbanistas não aceita os urbanistas. Os urbanistas estão no conselho, no Crea, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Portanto, queríamos abraçar.

Gostaria de dizer aos pares desta Casa que ontem iniciou a 9^a Semana de Urbanismo, promovida pelo curso de urbanismo, onde diversos debates sobre diversos temas estão sendo apresentados, e que durará até o dia de amanhã.

Esta é uma semana pródiga em ações, em eventos voltados para a área de

urbanismo, exatamente por esta data. Nesta Casa tramita um projeto da nossa autoria que transforma o dia 8 de novembro em data do urbanista na Bahia.

Também acontece na Faculdade de Arquitetura o 15º Urba, que é uma atividade já promovida pela universidade. Esta Casa, inclusive, também é co-patrocinadora desse evento. Nós estamos, através da Comissão de Desenvolvimento Urbano, participando dessa quetem como principais temas o direito à cidade, uma nova agenda urbana rumo ao Habitat III.

Em outubro do próximo ano, em Quito, acontecerá o III Habitat, encontro da ONU, promovido pela UN Habitat, onde as cidades e o seu desenvolvimento se colocam em tema de debate e discussão, na tentativa e na busca de construir cada vez mais cidades justas e inclusivas.

Esse é o objeto do milênio que em 2000 foi promovido pela ONU, quando todos os países assinaram o documento, o qual trazia metas a serem atingidas no início deste milênio e que serão revistas no próximo ano, em Quito.

O Brasil é destaque internacionalmente nesse tema, já que nós conseguimos colocar em nossa Constituição Cidadã de 1988...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Srª MARIA DEL CARMEN:- Com sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) a função social da propriedade, garantindo, portanto, que as nossas cidades possam ser e ter um caminho de desenvolvimento diferenciado.

Neste momento, queremos parabenizar tanto a Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Arquitetura, quanto a Uneb, através do curso de Urbanismo, pela importante contribuição desses técnicos, desses profissionais para a construção de cidades mais justas, onde, de fato,...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Conclua, deputada.

A Srª MARIA DEL CARMEN:- (...) o interesse social esteja acima dos interesses do capital.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia Coriolano de Paiva. V.Exª dispõe de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, Canal Assembleia, eu não poderia deixar de registrar que na semana passada, dia 29 de outubro, quando foi comemorado o Dia Mundial de Combate ao AVC, aconteceu o lançamento do aplicativo para celular – dentro de 15 a 30 dias todo cidadão baiano poderá ter no seu celular esse aplicativo –

que orienta quais são os sinais e sintomas do AVC.

Esse aplicativo foi desenvolvido pela Rede Brasil AVC e vai oferecer ao usuário a identificação do AVC.

Essa preocupação, Sr. Presidente, veio-nos porque a cada 5 minutos morre um brasileiro vítima do AVC. Classificada como uma das principais causas de morte no mundo pela Organização Mundial de Saúde, o Acidente Vascular Cerebral mata um brasileiro a cada 5 minutos, de acordo com a Academia Brasileira de Neurologia, somando mais de 100 mil óbitos anualmente. Então, com esse aplicativo, Sr. Presidente, esse número deverá diminuir.

O mais grave é que quando uma pessoa tem os sintomas do AVC, mas não os reconhece, se passar mais do que 4 horas sem atendimento quando for socorrida poderá vir a óbito, ou, se escapar do AVC, poderá ficar com sequelas.

Realmente, esse é um momento importante! O aplicativo chega à Bahia para, com certeza, diminuir esse índice, que é elevado.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar que nós tivemos o lançamento desse aplicativo. Durante o lançamento estiveram presentes o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, o deputado Bira Corôa, a deputada Maria del Carmen e representantes da deputada Fabíola Mansur, que faz parte da Comissão de Saúde desta Casa.

Vamos aguardar, porque até o dia 15 de novembro, ou no início de dezembro, nós já teremos em cada aparelho celular esse aplicativo.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que eu gostaria de tratar e de chamar a atenção de todos. Hoje, nós não tivemos quórum para realizar a sessão na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Por isso, estou encaminhando ao presidente desta Casa um ofício para ele ajustar, realmente, quais os motivos de tantas faltas. Veja, a última reunião que nós tivemos na Comissão de Defesa do Consumidor foi no dia 05 de agosto, Sr. Presidente. Então nós precisamos, realmente, resolver este problema da falta de quórum nesta comissão tão importante para que a gente possa avançar nas ações que podemos fazer em benefício do povo da Bahia.

Há um outro fator para o qual eu chamo atenção. Estou me referindo, apenas, ao quórum da comissão. Observem, sem contar com o fato de que não há quórum para abrir a sessão, tampouco haverá quórum para deliberação. Então, literalmente, a comissão está com este problema.

O presidente desta Casa precisa tomar conhecimento disso. Através de documentos, estou encaminhando e oficializando ao presidente desta Casa.

E, desta tribuna, eu já estou falando sobre este tema pela terceira ou quarta vez.

Também, estou oficializando este fato ao Líder do Governo, porque a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho é composta pela maioria dos

deputados que fazem parte da Base do governo. E só temos 4 deputados da Oposição nesta comissão.

Por conta disso, não podemos ficar engessados ou parados. Esta comissão tem como fim promover o benefício à Bahia e aos direitos dos consumidores baianos. Por conseguinte, nós precisamos avançar e discutir a solução dos problemas que, com certeza, os baianos estão esperando.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar.

Agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.K.! Deputado José de Arimatéia, parabéns pelo seu discurso e pela sua preocupação com a saúde.

Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre presidente Carlos Geilson, colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, colaboradores, todos os presentes, gostaria de fazer breves registros nesta intervenção do Pequeno Expediente.

Parabenizo o sociólogo, o professor, o doutor, o secretário Geraldo Reis de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social pela promoção, evidentemente, dentro de uma linha de democracia participativa, orientada pelo nosso governador Rui Costa, de inúmeras conferências que estão sendo realizadas aqui em Salvador.

Já começam as Conferências Estaduais de Criança e Adolescente, Juventude e Pessoa Idosa, incluindo a Assistência Social. Todas englobam as Conferências de Direitos Humanos. Tais atividades envolvem milhares de ativistas em toda Bahia que elegeram delegados que estão aqui em Salvador, desde a semana passada, deliberando, discutindo, analisando e mobilizando as forças vivas do nosso Estado para prosseguirmos neste projeto que vem transformando a Bahia com a marca da inclusão social.

Portanto, mais uma vez, parabenizo o nosso querido amigo, colega e professor Geraldo Reis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Quero, também, deixar, aqui, os cumprimentos ao secretário Jerônimo Rodrigues de Desenvolvimento Rural, pois, amanhã, estará inaugurando mais um serviço de apoio à agricultura familiar. Trata-se do Setaf – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – na Bahia, mais precisamente na região do sertão produtivo de Brumado. Estaremos presentes. Quero saudar todos os membros daquelas comunidades que têm associações de pequenos produtores que estarão lá presentes.

Finalmente, Sr. Presidente, deixo, aqui também, os meus abraços aos amigos de

Tremedal, município próximo a Vitória da Conquista, ao seu prefeito Márcio Ferraz, à vereadora Mônica, ao vereador Paulo Célio, à vereadora Marlete, enfim, a todos os amigos do Partido dos Trabalhadores daquele belo município.

Faço o registro para aprofundar, na próxima semana, um grande evento. Quero cumprimentar todos os conquistenses pela passagem dos 175 anos de Vitória da Conquista a ser comemorado na próxima segunda-feira, 09 de novembro de 2015. Vejam, são 175 anos de história e 20 anos de grandes transformações.

Apesar de vozes agourentas, a cidade se desenvolve, a cidade cresce e vivencia hoje um dos maiores ciclos de inclusão social, talvez comparado só aos anos 40 e 50, quando a Rio/ Bahia ligou o Norte de Minas ao Nordeste, ligou Conquista ao Norte e ao Sul e também a Ilhéus e ao Oeste da Bahia. Esse foi um grande momento. O outro grande momento é agora, nos anos 80 e 90, nos quais a cidade explodiu.

Por isso eu gostaria de antecipar os meus parabéns a todos os conquistenses. Esse tema vamos aprofundar em outras intervenções, mostrando os desafios do presente: obras importantes estão sendo tocadas, como a Barragem do Rio Catolé, o projeto está pronto para ser licitado; o novo Aeroporto de Vitória da Conquista, faltando a licitação do terminal; obras estruturantes na área da saúde, como as UPAs; o novo Presídio da cidade, que também está em plena fase de finalização; além, no plano regional, da FIOEL, que retoma, se Deus quiser, a partir de março, um ritmo maior – de fato, nestes 6 meses, a FIOEL teve problemas de financiamento devido à crise que ocorre no mundo inteiro, da China à Caatinga, a crise está incomodando todo o mundo. Então, não é só na Caatinga. No Paraná, no Rio de Janeiro, nos Estados governados pelo PMDB, PSDB, nas empresas dos vários empresários de todos os partidos a crise chegou. Então, vamos trabalhar, unir forças na Bahia para continuarmos esse projeto que integra o litoral aos sertões, projeto na área social e na área dos grandes empreendimentos que estão sendo implementados na agricultura, na pequena agricultura, na educação, na saúde. O governador Rui Costa está atento e fará um grande governo.

Por isso eu gostaria de agradecer a oportunidade de saudar a todos os amigos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Convido o deputado Sidelvan Nóbrega para assumir a Presidência enquanto faço uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado deputado querido Sidelvan Nóbrega.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que estão em seus gabinetes e acompanham a sessão, quero constar nos anais desta Casa uma matéria do jornal Folha do Estado, do

dia 24 de outubro, com o título Estudantes de Universidades Estaduais custam até três vezes mais que os de particulares. Já comentamos aqui que não tem como você mensurar os gastos de uma faculdade particular com os de uma universidade pública do porte, da pujança e do tamanho da Universidade Estadual de Feira de Santana. Mas peço para constar nos anais desta Casa a matéria do jornal Folha do Estado do dia 24 de outubro de 2015.

Aqui alguns companheiros têm usado essa tribuna para emitir opinião sobre a possível extinção do Tribunal de Contas dos Municípios. Confesso aos senhores, e vou plagiar Raul Seixas, eu não tenho “aquela velha opinião formada sobre tudo”. Eu vou aguardar o relato dessa comissão, que vai a Minas Gerais e a Pernambuco. Com certeza esses deputados vão nos apresentar um estudo sobre a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios.

É fato que o olhar do TCM não é o mesmo olhar do TCE, que sempre foi maleável, carinhoso com o Governo do Estado, enquanto que o Tribunal de Contas dos Municípios sempre foi mais rígido, mais duro no cumprimento do seu papel. Se um é carinhoso e o outro é mais rígido, nós precisamos entender essas questões, e por que não nivelar? Por que não ter o julgamento uníssono, equilibrado?

Agora, eu não tenho uma opinião formada acerca da necessidade de extinção do TCM. Eu quero que na prática me apresentem o que vai resultar de economia. Se ficar “elas por elas” e apenas deixar de existir o Tribunal de Contas dos Municípios; se esses gastos e a estrutura for acoplada ao TCE – que vai inchar, vai ficar gordo e farto no seu orçamento – eu serei contra. Mas, se esse estudo, de forma palpável, concreta, nos apresentar que teremos uma substancial redução nos custos e no aporte do Governo do Estado, obviamente, eu vou entender a necessidade da extinção ou de se acoplar, de se unir o TCM ao Tribunal de Contas do Estado.

Qualquer juízo de valor, sem ter conhecimento do trabalho dessa comissão, é precipitar-se, é colocar-se à frente dos fatos que ainda não são de conhecimento. Quem sabe se esses deputados, depois de um trabalho exaustivo nessas visitas que farão a Minas e a Pernambuco, apresentarão novos fatos. O deputado Joseildo está brincando porque está cheio de votos em Alagoinhas. Quando o candidato está cheio de votos, ele fica, sentado na cadeira, rindo de tudo, refestelado, tranquilo. (Risos.)

Então, retomando, eu vou aguardar a apresentação desse estudo, desejar boa sorte a essa comissão, que é apartidária, que não tem vinculação, que já tem, pelo que eu tenho conhecimento, uma opinião brevemente programada. Então, é necessário que venhamos a conhecer esse estudo, venhamos a conhecer o que vai ser apresentado aqui no plenário para emitirmos uma opinião acerca da necessidade ou não da extinção do Tribunal de Contas dos Municípios.

Minha opinião por enquanto é de aguardar os fatos. Estou muito calmo, tranquilo, sem nenhuma pressa. Agora eu antecipo que só terá meu voto pela extinção se ficar provado que haverá uma significativa redução de custos ao erário do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, funcionários desta Casa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, é inegável a importância que nós devemos dar ao nosso meio ambiente. Evidente que, em uma época na qual vemos a irresponsabilidade, deputado Herzem, da ação dos homens, ao longo do tempo, trazer inúmeros prejuízos, deputado Gika, que já estão impactando as diversas regiões do Brasil e do mundo, nós reafirmamos a necessidade de termos bastante cuidado quando se trata de questões do meio ambiente. Porém nós não podemos, com esse pretexto, impedir o desenvolvimento do Estado da Bahia. Aí, eu queria, na tarde de hoje, deputado Sidelvan, fazer um apelo à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, sob a liderança do secretário-técnico, mas totalmente inacessível. Deputado Joseildo, V. Ex^a que tão bem representa aquela região do Litoral Norte sabe da importância da industrialização para aquela região. Foi sob a sua administração que foi implantado, em Alagoinhas, o polo de bebidas da Schincariol. Hoje, temos no município de Conde, deputado Joseildo, uma empresa que está apta para exportar para todo o mundo, que tem feito investimentos profundos e importantíssimos no nosso Estado e sobretudo na nossa região e que tem enfrentado, deputado Joseildo, diversos problemas com a Secretaria do Meio Ambiente.

Há mais de uma semana, tento falar com o secretário do Meio Ambiente - talvez, não sei se o secretário não tem tempo para o Parlamento ou para entender o respeito que esta Casa merece - e não consigo obter nenhuma satisfação, nenhum retorno, Sr. Presidente, por parte da Secretaria do Meio Ambiente. Então, tenho dito que não é por ser aliado do governo, deputado Herzem, que vou me calar quando as coisas estiverem erradas.

Aí, quero fazer um apelo público, já pedi ao secretário de Relações Institucionais, Josias Gomes, uma audiência com o corpo da direção daquela fábrica Deputado Joseildo, convido também V. Ex^a assim que a audiência for marcada com o governador. Não podemos estar num momento de dificuldade econômica, como o atual, e termos um órgão do Estado que em vez de ser parceiro dos investimentos e da geração de emprego e renda esteja desrespeitosamente tratando esta Casa, este parlamentar e toda uma região.

V. Ex^a. conhece bem o município de Conde, sabe da importância da geração de mais de 600 empregos diretos que está aguardando há muito tempo, deputado Joseildo, pasme V. Ex^a, uma autorização para uma outorga d'água para ampliar os

investimentos nas fazendas produtoras de coco verde e mais 300 funcionários. Não conseguimos, deputado Joseildo, enquanto aliados do governo nem mesmo um respeito por parte do secretário, que não dá uma satisfação. De repente, deputado Joseildo, pode existir algum problema que possa ser sanado, ou alguma documentação que esteja incompleta, ou de algum erro na formalização do pedido. Mas quando temos uma secretaria que não respeita os deputados, que não respeita o Parlamento, fica mais difícil.

Então, quero, Sr. Presidente, na tarde de hoje, registrar a minha tristeza e o meu descontentamento com a Secretaria do Meio Ambiente que não tem sido parceira dos investimentos no Litoral Norte no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Pela ordem, deputado Joseildo Ramos, prefeito de Alagoinhas.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, pelo que eu tenho visto da sessão, invocarei o art.96, inciso III, dentro de pouco tempo. Mas antes, gostaria de antecipar que, na próxima semana, trataremos deste momento de crise e das relações políticas, como elas estão interagindo e o resultado, o seu reflexo em relação à manutenção e à geração de oportunidades, porque é vida que segue. Então, acho que essa provocação é bem-vinda para esta Casa, trataremos desta questão, levantando um tema que eu acho que está mais do que na ordem do dia.

Entretanto, invocando o art.96, inciso III, peço que V. Ex^a faça uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V. Ex^a será atendido.

Não havendo quórum qualificado para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.